



Município de Uruguaiana - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO III - METAS FISCAIS



**d) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	211.834.274,02	-	100,000	225.453.319,30	-	100,00	13.619.045,28	6,43
Receita Primária (I)	209.891.624,89	-	99,083	223.294.156,03	-	99,00	13.402.531,14	6,39
Despesa Total	211.834.274,02	-	100,000	227.868.342,14	-	101,00	16.034.068,12	7,57
Despesa Primária (II)	206.335.839,02	-	97,404	223.849.545,40	-	99,00	17.513.706,38	8,49
Resultado Primário (III)=(I - II)	3.555.785,87	-	1,679	(555.389,37)	-	-	(4.111.175,24)	-115,62
Resultado Nominal	10.396.461,02	-	4,908	10.800.058,05	-	5,00	403.597,03	3,88
Dívida Pública Consolidada	131.804.737,71	-	62,221	165.031.267,75	-	73,00	33.226.530,04	25,21
Dívida Consolidada Líquida	116.804.737,71	-	55,140	165.031.267,75	-	73,00	48.226.530,04	41,29

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, 20/Jul/2017, 09h e 04m.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO 2018 (2016), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ - 555.389,37; valor -115,62% inferior à meta estabelecida, que era de R\$ 3.555.785,87. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 223.294.156,03 superando em 6,39% a projeção para o período de R\$ 209.891.624,89. As despesas não financeiras atingiram R\$ 223.849.545,40, estabelecendo-se 8,49% acima da previsão orçamentária. Não obstante a sua expansão, corresponderam a 100,25% do total das receitas primárias, comprometendo, dessa forma, a obtenção do déficit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho favorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um incremento de 6,43% em relação ao valor consignado na LDO 2016. Destaca-se no exercício de 2016 a performance dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, que superaram a expectativa.

A dívida consolidada totalizou R\$ 165.031.267,75, valor 25,21% superior ao saldo de R\$ 131.804.737,71 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo da previsão do aumento dos passivos reconhecidos com precatórios trabalhistas.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2016, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 116.804.737,71. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro de 2016, era de R\$ 165.031.267,75 que, comparado com o montante apurado ao final de 2015, apresenta um resultado nominal de R\$ 10.800.058,05, que ficou acima da previsão inicial, que era de R\$ 10.396.461,02.

